

# OAS reclama direito de defesa

A OAS divulgou ontem nota oficial criticando a divulgação antecipada de informações sobre suposto superfaturamento nas obras de ampliação da Papuda, antes do término das investigações.

A construtora declarou-se surpreendida pelo fato de ter sido a única empresa citada ontem pelo ministro da Administração Federal, Romildo Canhim, e alegou não ter tido direito de defesa.

Um representante da OAS, que preferiu não se identificar, informou que a empresa estava providenciando a contratação de uma perícia técnica para comprovar que não houve superfaturamento na construção

do pavilhão "C".

Eis a íntegra da nota da OAS:

"A OAS, a propósito da resolução nº 40, da Comissão Especial de Investigação, vem dizer o seguinte:

**1) O contrato de construção do complexo penitenciário do Distrito Federal — Fazenda Papuda—, vinha sendo cumprido regularmente, até que foi suspenso, por falta de verbas do órgão contratante.**

2) O representante legal de nossa empresa prestou depoimento no Inquérito Policial nº 2 da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, dando explicações

cabais e esclarecedoras sobre tudo o que lhe foi indagado.

3) **A empresa não foi notificada a apresentar qualquer defesa perante nenhum órgão da administração federal ou estadual, o que está disposta a fazer tão logo seja convocada, da maneira esclarecedora e completa.**

4) Assim, espera ter o seu direito de defesa preservado, não lhe parecendo justo ou equânime que versões parciais e unilaterais — que não tenham passado pelo crivo do contraditório — sejam ministradas à imprensa, acarretando consequências irreparáveis à reputação da OAS".